

Trajatória do Voto no Brasil e no mundo

Autor: Gustavo Fernandes de Paula

2º semestre/ 2017

Roteiro de Atividades Didáticas (5 aulas de 50 minutos)

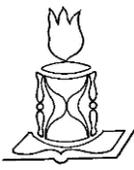
O tema das aulas é a “Trajetória do voto no Brasil”, que vai desde a concepção do voto com um direito político até o sufrágio universal obtido no século passado nas democracias consolidadas.

O Conteúdo deverá ser ministrado á alunos do Ensino Médio, preferencialmente, aos alunos do 3ºano. Há duas justificativas para isso.

A primeira justificativa é que nos materiais do Governo do Estado, nesse ano são introduzidos conteúdos sobre a Constituição, direitos humanos, separação de poderes, movimentos sociais, entre outros, que se relacionam de forma direta ou indireta com o direito ao voto. A segunda justificativa é que a maioria dos alunos tem entre 16 a 18 anos, ou seja, exercem o direito ao voto facultativo ou obrigatório. As informações de aula podem mostrar a eles a importância histórica do voto e da responsabilidade que eles, como cidadãos, têm em mãos.

Atividade 1 – Introdução ao Direito ao Voto (Primeira Aula) – Recursos Didáticos: Trechos de Textos.

A primeira atividade é uma introdução do voto como direito político. O objetivo é introduzir os alunos a temática da cidadania e do voto e mostrar para eles que não



são naturais, que, foram direitos conquistados e são aperfeiçoados ao longo do tempo.

Para isso, o professor deve explicar o que são direitos civis, políticos e sociais, de acordo com a obra de T.H.Marshall, explicar a ordem que esse direitos surgiram na Inglaterra. Para o caso brasileiro, apresentar os direitos conforme estabelecido por José Murilo de Carvalho em sua obra.

Essa exposição de durar cerca de 30 minutos e devem ser utilizados trechos da obra de José Murilo de Carvalho que, além de expor a ordem dos direitos no Brasil, sintetiza muito bem as principais definições de cidadania e direitos feitas por Marshall.

A apresentação dos mesmos pode ser feita por meio de Power Point (se a escola puder oferecer esse recurso e se o professor tiver tempo para prepara-lo), por meio de material impresso entregue aos alunos contendo esses trechos (nesse caso, poderia dar um tempo para eles lerem) ou por meio de exposição oral do professor, seguida de explicação dos principais conceitos ali apresentados e de seus contextos históricos (por exemplo, direitos sociais introduzidos na ditadura de Vargas. Fazer um breve comentário sobre o que foi esse governo e alguns dos direitos sociais concedidos nesse período, como as leis trabalhistas, carteira de trabalho, direito a organização sindical, etc).

Texto: Cidadania no Brasil: O Longo Caminho.

Autor: José Murilo de Carvalho

Editora: Civilização Brasileira

Ano de Publicação: 2008

Trecho 1: “Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro” (CARVALHO, 2008; pp.9)

Trecho 2: “Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. O que a define é a liberdade individual”. (CARVALHO, 2008; pp.9)

Trecho 3: “Os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na



capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Em geral, se está falando do voto quando se fala de direitos políticos. Pode existir direitos civis sem direitos políticos, mas o contrário não é possível, visto que o direito político e, conseqüentemente, o voto, estariam esvaziados de sentido neste cenário.” (CARVALHO, 2008; pp.9).

Trecho 4: “Os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzirem os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos.” (CARVALHO, 2008; pp.10)

Trecho 5: “O autor que desenvolveu a distinção entre as varias dimensões da cidadania, T.A. Marshall, sugeriu também que ela, a cidadania, se desenvolveu na Inglaterra, com muita lentidão. Primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII. Depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos. Finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX. Segundo ele, não se trata de uma sequência apenas cronológica: ela também é lógica. Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo do seu país.” (CARVALHO, 2008; pp;10)

Trecho 6: “O surgimento sequencial dos direitos sugere que a própria ideia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, é um fenômeno histórico. (...) Mas os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta. Pode haver também retrocessos, não previstos por Marshall. O percurso inglês foi apenas um dentre outros.” (CARVALHO, 2008; pp;11)

Trecho 7: “A cronologia e a lógica da sequência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo.” (CARVALHO, 2008; pp;219)



Atividade 2 – Direito ao voto feminino, negro e analfabeto (Segunda Aula) - Recursos Didáticos: Vídeos.

Primeiro Vídeo

Título: 70 anos do Voto Feminino

Autor: TV Senado

Ano de Lançamento: 2002

Endereço Eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=pO_IMruV-hU

Sinopse: Especial apresenta um resumo da luta pelo voto feminino no Brasil. O documentário mostra a luta de Berta Lutz pela igualdade de direitos no mercado de trabalho e na política (descrição do vídeo presente no Youtube).

O vídeo tem duração de 10 minutos. O professor deve abrir outros 10 minutos de discussão de temas citados no vídeo, como a luta feminista e sua importância para a obtenção do direito ao voto, a representação da mulher nos cargos públicos no dia de hoje (citar prefeitas de São Paulo, primeira presidente mulher do Brasil e figuras históricas da política), falar de como as constituições estaduais tinham/tem autonomia para sua legislatura eleitoral, abrir debate sobre diferenças entre o olhar feminino e o olhar masculino, conforme citado no vídeo, etc.

Segundo Vídeo

Título: Voto do Analfabeto

Autor: Jornal do Senado

Ano de Publicação: 2016

Endereço Eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=oi9BFt9f6F4>

Sinopse: Durante mais de um século, o Brasil desprezou nas eleições aqueles que constituíam a maioria de sua população, os analfabetos. Entre janeiro de 1881, quando foi editado o primeiro código eleitoral brasileiro, a chamada Lei Saraiva, e novembro de 1985, primeira eleição municipal após a ditadura militar, quem não sabia ler e escrever não podia votar. Esse é o tema da seção “Arquivo S”, publicada no Jornal do Senado (descrição do vídeo presente no Youtube).

Após a exposição deste vídeo (cerca de 5 minutos), o professor deve utilizar 10 minutos para participação dos alunos. Nesta etapa, desenvolver o que foi a Lei Saraiva no Império, quem foi Joaquim Nabuco, mencionado no vídeo, de como a



maioria da população até o início do século passado era analfabeta, como o voto em papel praticamente impedia o voto dos analfabetos e como a urna eletrônica solucionou esse problema, o que a proibição dos votos dos analfabetos significa (preconceito), se os alunos acham que os analfabetos têm que votar e o porquê, etc.

Terceiro Vídeo

Título: Voto no Brasil – Uma História de Exclusões e Inclusões

Autor: Tribunal Superior Eleitoral

Ano de Publicação: 2013

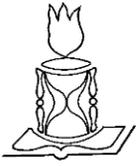
Endereço Eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=4it3vEwVFHY>

Sinopse: Na quarta reportagem da série "O Voto no Brasil -- 500 anos de uma história de exclusões e inclusões", você vai ver como negros e índios conquistaram o direito de votar. Os negros, por exemplo, tiveram que superar vários obstáculos. Com o fim da escravidão, o fim da exigência de renda para votar e com o acesso à educação, eles começaram a fazer parte do processo eleitoral (descrição do vídeo presente no Youtube).

Após exposição deste vídeo (cerca de 5 minutos), indica-se que se abra 10 minutos de discussão e que abarque fatos como apenas homens bons podendo votar até 1824 (homens brancos, de posse, sendo eles os únicos considerados cidadãos, à época), que a partir da primeira constituição brasileira o voto censitário (baseado na renda) passa a prevalecer, que a maioria dos negros era pobre e analfabeta (proibidos de votar à época) e da questão logística do voto indígena nos dias de hoje, por exemplo. Procurar perguntar o que os alunos acharam dos vídeos, suas dúvidas, etc.

Atividade 3 – Músicas sobre o voto (Terceira Aula)

Ouvir cada uma das músicas (cada música dura cerca de três minutos) e abrir espaço para discussão e explicação da temática da letra e de alguns conceitos ali apresentados (cerca de 20 minutos para cada composição). Caso não seja possível ouvir a música, levar a letra aos alunos ou, em último caso, explicar a síntese da música.



Primeira Música

Título: Quem quer votar

Autor: Lobão

Ano de Lançamento: 1989

Endereço Eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=OBDNLY6KyDk>

Síntese: A música se inicia com o verso “A política faliu”, o que já demonstra o caráter cético e crítico do restante da música. Menciona diversos grupos e classes sociais (políticos, operários e boia-fria) e os diversos tipos de votos dessas pessoas de forma irônica e crítica (voto de operário - típico voto de uma classe social – e voto de cabresto – neste caso, uma forma de fraudar e manipular eleições). Ao final da música, o verso “Que país é esse rico e esfomeado” sintetiza bem a mensagem da música e da situação do país.

Durante a discussão com os alunos, para esta música, abordar seu contexto (redemocratização, Diretas Já e Constituinte), desenvolver alguns termos ali presentes, como os votos de cabresto e fantasma e seus amplos usos como fraude e manipulação nas eleições da República Velha, o papel do sindicato e dos comícios nas mobilizações populares pela democracia durante o regime militar e, propor uma reflexão a partir de uma das frases da música, “País rico e esfomeado” (o Brasil é uma das principais economias do mundo, ao mesmo tempo em que é um dos países mais desiguais em termos sociais, econômicos, educacionais, raciais, de gênero, etc.).

Segunda Música

Título: Votar em Branco

Autor: Plebe Rude

Ano de Lançamento: 2006

Endereço Eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=h3ku-pzLGR0>

Síntese: A música é um chamado às pessoas para votarem em branco, associando esta atitude a “ser alguém”, conforme o verso “seja alguém, vote em ninguém” exalta. É uma crítica ao poder e aos partidos políticos, tanto de esquerda quanto de direita e a representação da população por parte dos mesmos.

Para esta música, abordar alguns trechos, como o voto em branco (seu significado, qual a diferença em relação ao voto nulo, qual é seu efeito, se é uma



forma de voto de protesto, etc), discutir a questão da representatividade dos políticos e partidos políticos (a música é antiga, mas é aplicada para os dias de hoje), etc.

Atividade 4 – Reportagens Jornalísticas (Quarta Aula)

Trabalhar com cada uma das reportagens, distribuindo-as para os alunos e pedindo para eles lerem individualmente ou em grupo. Caso não seja possível a impressão das reportagens, apresentar uma síntese das mesmas (cerca de 10 minutos por reportagem). Na sequência, abrir espaço para debate de cada uma das reportagens, pedindo para os alunos destacarem os principais pontos, a opinião deles a respeito dos temas, etc. Essa parte da atividade deve durar cerca de 15 minutos para cada uma das reportagens.

Primeira Reportagem

Título: Justiça Eleitoral já providencia impressão do voto nas Eleições de 2018.

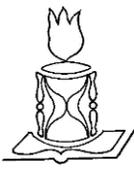
Autor: Tribunal Superior Eleitoral/ Justiça Eleitoral

Data da Publicação: 27/07/2017

Endereço Eletrônico: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Julho/justica-eleitoral-ja-providencia-impressao-do-voto-nas-eleicoes-de-2018>

Síntese: É uma notícia oficial do Tribunal Superior eleitoral, que afirma que já entrou em contato com empresas, para que elas possibilitem a impressão dos votos dos eleitores para as eleições de 2018. Cada urna irá imprimir o voto de cada eleitor, que cairá em um espaço inviolável. O eleitor só poderá verificar, por meio do visor, se o seu voto foi impresso corretamente, não tendo contato físico com o mesmo. Dessa forma, a impressão só serve para uma eventual recontagem. Não haverá mudanças na forma de votar por parte do eleitor. O ritual seguirá sendo o mesmo. Na visão de Gilmar Mendes, ministro da Justiça Eleitoral, isso apenas elevará os gastos da eleição e aumentará os riscos de fraudes no próximo pleito.

Durante a discussão esta reportagem, considerar temas como a fraude eleitoral e essa prática ao longo da história do país, uma das razões para a



implementação da impressão do voto (derrota de Aécio Neves do PSDB após perder a eleição de 2014 por três milhões de votos, cerca de 3% de diferença e representações por recontagem de voto e impressão dos mesmos para as próximas eleições), etc.

Atualizar os alunos a respeito de decisão do STF, de Junho de 2018, que derrubou, embora não em caráter definitivo, o voto impresso nas eleições. Dessa forma, para as eleições de 2018, não haverá voto impresso e, para as próximas, o STF deverá decidir a respeito.

Segunda Reportagem

Título: O voto deveria ser facultativo no Brasil?

Autor: Deutsche Welle (Carta Capital)

Data de Publicação: 25/08/2014

Endereço Eletrônico: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-voto-deveria-ser-facultativo-no-brasil-1293.html>

Síntese: A Carta Capital traz uma reportagem que discute se o Brasil deve permitir as pessoas escolherem participarem da eleição ou não, ou se deve continuar obrigando as pessoas a votarem. As pessoas entrevistadas que defendem o voto facultativo afirmam que ele ocorre na maior parte das democracias consolidadas e, em muitos casos, a participação eleitoral é muito superior do que em países em que o voto é obrigatório, como é o caso do Brasil.

Os entrevistados que defendem o voto obrigatório, em contrapartida, afirmam que ele é necessário em virtude do risco de compra de votos e da formação política deficiente da população. Alguns destes entrevistados inclusive afirmam que, em um mundo ideal, o voto facultativo seria o escolhido, mas as circunstâncias do momento pedem o voto obrigatório. Essa posição é a que a reportagem tende a tomar ao longo do texto. O voto facultativo, neste momento, levaria os eleitores para longe das urnas, visto a distancia entre o povo e seus representantes, que não dão as satisfações devidas aos que os elegeram. Além disso, a insatisfação com o governo também incentivaria a participação dos eleitores.

Na discussão dessa reportagem, citar a alta abstenção das últimas duas eleições, o problema de representação da política brasileira, discutir a diferença entre alistamento eleitoral e voto (citado na reportagem), etc.



Atividade 5 – Avaliação (Quinta Aula)

Proponho avaliação presencial valendo de 0 a 10, onde os alunos devem responder a oito questões de múltipla escolha sobre os conteúdos ministrados nas aulas (cada questão valendo 0,5 pontos), e três questões dissertativas e opinativas sobre as atividades desenvolvidos em sala, como voto de mulheres, negros, índios e analfabetos; voto na urna eletrônico e a impressão do mesmo, o voto facultativo e voto obrigatório, etc.

Enquanto as questões múltipla escolha apresentam uma resposta certa de acordo com o conteúdo de aula, nas questões dissertativas deve considerar mais a capacidade argumentativa do aluno e menos o conteúdo, visto que são possíveis visões divergentes a respeito de um mesmo tema. Cada uma dessas questões deve valer dois pontos e sugere-se que sejam descontados apenas erros gramaticais de escrita.



Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. "Cidadania no Brasil: O Longo Caminho". *Rio de Janeiro. Civilização Brasileira*. (2008).

LIMONGI, Fernando; CHEIBUB, José Antonio; e FIGUEOREDO, Argelina Cheibub. "Participação Política no Brasil". in *Trajetórias da Desigualdade: Como o Brasil Mudou nos Últimos Cinquenta Anos*. São Paulo, Editora UNESP. (2015).

MARSHALL, Thomas Humprey. "Cidadania, Classe Social e Status". *Rio de Janeiro. Zahar*. (1967).

NICOLAU, Jairo. "História do voto no Brasil". *Zahar*. (2002).